

POLONOROESTE

Voltam as pressões nos EUA para a suspensão de desembolsos do BIRD

por Paulo Sotero de Washington

Nos dias finais do último governo, a violação de várias cláusulas ambientais na implementação dos projetos do Polonoroeste levou o Banco Mundial a suspender os desembolsos dos empréstimos. A decisão foi tomada no início de março, mas só se tornou conhecida no início de abril, quando o governo da Nova República já estava instalado em Brasília. A troca de governo acabou amenizando a gravidade da decisão e permitiu ao banco afirmar, na época, que a suspensão dos pagamentos havia sido solicitada pelo novo governo, que pedira tempo para reestudar alguns aspectos do projeto. A verdade, porém, é que o banco agira sob intensa pressão do governo dos Estados Unidos, que, por sua vez, estava também sob o fogo do Congresso.

Segundo fonte do Banco Mundial, os problemas foram corrigidos e os desembolsos foram reiniciados em meados do ano passado. Dos US\$ 434,4 milhões de empréstimos que o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) aprovou para o Polonoroeste, entre dezembro de 1981 e outubro de 1983, um pouco mais da metade, ou seja, US\$ 250,1 milhões, já foi transferido para o Brasil.

As pressões que levaram à primeira suspensão dos desembolsos estão, contudo, de volta. E elas estão mais aparentes do que nunca, na última quinta-feira. Durante uma audiência pública no Capitólio, porta-vozes do movimento pró-ambiental de países fornecedores e tomadores de capital do Banco Mundial relataram ao senador Robert Kasten, republicano de Wisconsin, o que consideram "os efeitos desastrosos" que certos projetos apoiados pelo Banco Mundial têm sobre a natureza e as populações indígenas de países em desenvolvimento, como o Brasil, a Indonésia, o Botswana e a Índia.

Entre os depoentes, estava a antropóloga brasileira Mary Allegretti, coordenadora para assuntos ambientais do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), uma instituição privada sediada em Brasília. O senador Kasten preside a subcomissão de operações externas da poderosa Comissão de Dotações do Senado norte-americano.

No mesmo dia, o Polonoroeste foi o tema da coluna do jornalista Jack Anderson, no Washington Post. "Durante anos, os especialistas em proteção ambiental previram desastre se o Banco Mundial encorajasse o ambicioso Plano do Brasil para o Desenvolvimento da Floresta Amazônica. Agora, o desastre aconteceu. Uma epidemia de malária devastou o Estado de Rondônia, no coração do projeto do Banco Mundial", escreveu Anderson, acrescentando que 200 mil colonos contraíram uma modalidade especialmente séria da doença nos últimos meses, segundo informação que atribui a um de seus associados.

Tanto a audiência na subcomissão do Senado quanto, aparentemente, a coluna de Anderson foram calculadas para alimentar a pressão sobre o BIRD, no momento em que o Executivo norte-americano procura abrir o caminho para dar à instituição um papel ampliado na busca de uma solução para o problema da dívida externa de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Para o governo brasileiro, essa pressão representa um problema potencialmente sério, pois, se resultar numa nova suspensão de desembolsos, afetará a maior e, para efeitos práticos, a única fonte de novos empréstimos de que o País dispõe no momento (a transferência líquida de recursos do BIRD está próxima de zero).

Para os líderes do movimento pró-ambiental, a importância reforçada que o Banco Mundial está assumindo, tanto para os países provedores de recursos quanto para os principais tomadores, abre um espaço novo para o trabalho de "lobby". Mary Allegretti diz que, no caso brasileiro, a mudança de governo ampliou as possibilidades de ação dos grupos pró-ambientais.

"Há um discurso novo do governo em relação à Amazônia. E o ministro do Planejamento, João Sayad, bem como a Sepplan de um modo geral, parece ser mais sensível aos nossos argumentos", afirmou ela.

Mas na área de meio-ambiente, o Interior está mais difícil no momento. Até agora, disse, mudou, até agora, o discurso. Mas a mentalidade na operação e, pior, os conceitos com os quais o go-

"Programa vem seguindo regras aceitas pelo banco"

por Rita Medeiros de Brasília

O embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampréia, titular da Secretaria de Cooperação Econômica e Tecnológica Internacional do Ministério do Planejamento (Subin), disse ontem que, mesmo que haja pressões do Congresso e da opinião pública norte-americanos quanto ao prosseguimento de alguns programas de investimento mantidos pelo Banco Mundial (BIRD), como o Polonoroeste e o Programa de Recuperação do Setor Elétrico (PRSE), não deve haver suspensão dos desembolsos financeiros programados.

Ele admitiu, contudo, que, por diversas vezes, programas sociais definidos pelo BIRD foram suspensos, "mas sempre quando o país e o agente financeiro entraram em desacordo", procurando ressaltar que os contratos em andamento no Brasil foram firmados com o Banco depois de um longo trabalho de negociação.

Com relação ao programa Polonoroeste, que é um dos principais objetos de acusação da antropóloga Mary Allegretti nos Estados Unidos, Lampréia afirmou que o seu andamento vem seguindo as regras e as condições.

"Enfoque clorofílico e custo ecológico"

por Getúlio Bittencourt de São Paulo

As críticas da antropóloga Mary Allegretti ao Ministério do Interior surpreenderam o ministro Ronaldo Costa Couto. "Não sou a favor do enfoque clorofílico, mas acho que o desenvolvimento econômico tem a obrigação de se fazer com o menor custo ecológico possível", disse ele a este jornal, por telefone, na última sexta-feira.

Para demonstrar sua posição com fatos, Costa Couto informou que a proposta de seu ministério para a ocupação da Amazônia, garantida pelo presidente José Sarney, é a de "ocupá-la sem devastá-la". Ele acrescentou também que "as prioridades e ações do governo na Amazônia estão sendo discutidas com o povo da região pela primeira vez, nos seminários para elaboração do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)".

Em relação ao Polonoroeste, que merece as críticas mais duras da antropóloga Allegretti, o ministro do Interior lembra que "no primeiro mês da Nova República nós fizemos a demarcação das áreas indígenas que ficam na área desse projeto. O governo anterior protelara a demarcação dessas áreas. Ao fazê-lo, recebemos muitas críticas de empresários e até de governadores por darmos tanta atenção aos índios".

verno aborda o desenvolvimento da Amazônia continuam a ser os mesmos do passado. E aí está o problema", disse Allegretti.

Para a antropóloga, as autoridades brasileiras "continuam a tratar a Amazônia como um espaço vazio e a população local como um agente não-econômico e não social. Se continuarem a implementar o Polonoroeste com essa visão na nova fase do plano, vão causar um desastre ecológico irreversível. E a questão, agora, é urgente. Se nós não pararmos para reavaliar e reorientar certos projetos, dentro de cinco anos estará tudo perdido".

E foi essa a mensagem que ela procurou transmitir durante seu depoimento à subcomissão presidida pelo senador Kasten. Lembrando que o tema já preocupava um grupo significativo de parlamentares brasileiros, Allegretti afirmou que o princípio no qual se fundamenta a articulação dos grupos pró-ambientais no Brasil não é o antidesenvolvimento, mas sim o da "possibilidade de identificar alternativas para o desenvolvimento econômico que resguardem as condições de vida e, sobretudo, os espaços já habitados".

Para a antropóloga, as medidas visando à proteção do ambiente e das populações indígenas, que estão previstas nos projetos financiados pelo Banco Mundial, permanecem precárias. "O projeto Polonoroeste é hoje um exemplo contundente do pouco que se tem alcançado nos objetivos de proteção às terras indígenas e controle do processo de devastação do meio ambiente", disse ela.

"Fontes seguras afirmam que, ao contrário das recomendações e avaliações, parte significativa dos recursos ao órgão responsável pela política indígenista continua sendo gasta em equipamentos e administração e não em medidas concretas de demarcação das terras e proteção à saúde."

Allegretti denunciou também a devastação ambiental provocada pelo Projeto Carajás e advertiu para os efeitos negativos que poderá ter o programa de recuperação do setor elétrico — no qual o governo brasileiro deposita grandes esperanças para obter um total de US\$ 1,2 bilhão em empréstimos do BIRD e dos bancos comerciais —, mencionando a "devastação ambiental" e os "prejuízos sociais" já causados pela construção das hidrelétricas de Tucuruí, Samuel e Balbina e que, segundo ela, serão completadas com os novos recursos a ser levantados perante ao Banco Mundial. O presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Raimundo Mascarenhas, procurado por esse jornal, na sexta-feira à noite, não foi localizado.